

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: *O Estado de São Paulo*

Class.: 60

Data: 16.04.70

Pg.: 10/10

00519

Eram índios doces, e morreram

ESP-70/4/16 - 10/10

Do Correspondente em Manaus

Os índios eram 8 e estavam acampados às margens do rio Jauaperi (Amazonas) colhendo ovos de tracajá (tartaruga). Pertenciam à nação dos waimiris-atroaris, que já tinha tido diversos contatos com brancos e, por isso, não temeram nem demonstraram animosidade para com os 3 caçadores que viajavam num barco a motor. Os brancos acenaram amistosamente, exibiram alimentos, ofereceram presentes. Os índios aproximaram-se curiosos, contentes. Jacunum mare — gritavam — palavras que querem dizer "branco bom". Remavam, sorridentes, ao encontro do barco que parara no meio do rio, quando foram atingidos pela fuzilaria dos 3 homens. Não restou um só índio vivo.

O massacre, frio e premeditado, ocorreu entre setembro e outubro do ano passado; e foi praticado por José Rocha Lopes, Francisco Basques de Alcantara e Francisco Damasceno, a mando do comerciante Antonio Paulino da Rocha. Foi bem arquitetado. Os três peraram o barco a motor no meio do rio e atraíram os oito índios para ali. Estes vieram em duas ubás (canoas) e os três esperaram que estivessem a uns dez metros de distância. Eram 8 alvos fáceis, por sobre

o rio, eliminada toda possibilidade de reação. Os corpos caíram na água, ficaram boiando. Os caçadores apanharam os cadáveres, colocaram-nos nas duas ubás, amarraram tudo com cordas e lomas e depois afundaram as embarcações, colocando pedras sobre os corpos. Na verdade, a manobra jamais teria sido descoberta, se seus próprios autores não se tivessem jactado de sua "facilidade". São episódios como este que fizeram os atroaris e os waimiris

revoltarem-se contra os brancos, o que provocou incidentes igualmente lamentáveis, como o massacre da expedição Calleri.

Investigações

Em dezembro de 69, o sertanista Gilberto Pinto Figueiredo partiu de Manaus com destino à região do rio Alalau, onde ia manter um contato com o "tuchau" Maroaga, que chefia a nação dos waimiris-atroaris. Escalando em uma povoação ou outra, numa viagem que leva mais de dois meses, Gilberto ouviu os primeiros boatos de que teria ocorrido massacre de índios. As informações — muitas vezes contraditórias — eram todas baseadas no "ouvi-dizer". O sertanista não encontrou nenhuma indíca conclusiva, até que começou a notar que não estava encontrando índios nas margens dos rios por onde passava. Isso era um sinal evidente de que os índios estavam fugindo. E o motivo só poderia ser o medo. Medo de massacres, Gilberto não conseguiu encontrar nem mesmo os índios com quem marcara encontro. De volta, descendo os rios, o sertanista resolveu investigar. Relembrou seus contatos com a população ribeirinha, ouvindo casos de uns e de outros. Era necessário descobrir os autores do massacre, que agora se tornava evidente.

Do "ouvi-dizer", do "me-contaram", Gilberto chegou a uma dos prováveis matadores; José Maria Tenório da Silva, um jovem de vinte anos, mais conhecido por "Zé Libanio".

A princípio, Zé Libanio negou sua participação no massacre, mas depois acabou confessando, porque já tinha falado demais e sabia que, mais cedo ou mais tarde, fariam descobrir o crime. Convencido pelo subdelegado Manoel Vidal dos Santos, do município de Airão — que se havia enganado nas investigações — Libanio resolveu contar tudo de uma vez. O criminoso temia também uma represália por parte de seus comparsas e sentia-se mais seguro do lado da lei, "mesmo que fosse dentro da cadeia".

O depoimento

O depoimento de Libanio foi prestado ao sertanista Gilberto Pinto, no mesmo local do crime, a "praia dos 8". A história contada pelo criminoso — e gravada em fita magnética — não é a do primeiro massacre, que até então era desconhecido.

Com voz clara, firme e fria, Libanio fez suas confissões diante do microfone do gravador portátil empunhado pelo sertanista Gilberto Pinto:

"Eu, Rivaldo e Chico Damasceno, estávamos aqui na praia quando dois índios atravessaram o rio em uma ubá para vir pegar ovos de tracajá. Os dois já são o 'Orelhinha' e o outro é 'Antonio'. Eles não queriam conversar com a gente, mas o Rivaldo chamou o 'Orelhinha' e lhe ofereceu farinha e sal. O 'Orelhinha' pôs na boca um punhado de farinha e depois cuspiu na gente.

Essa atitude hostil é interpretada pelo sertanista Gilberto Pinto como repulsa dos índios, por já sabermos do massacre anterior. "Depois, eu ofereci um terçado (facão) e duas caixas de fosforos ao 'Orelhinha' e ele aceitou o meu presente. Nessa hora o 'Antonio', que estava ainda na ubá, há uns cento e poucos metros da gente, fez um gesto de reprovação, empunhando uma de suas flechas. Eu fiquei uma de suas flechas. Eu fiquei vão matar nós". Rivaldo disse que eu estava apavorado à toa. Disse que já conhecia os índios e que eles não iriam fazer nada contra a gente. O Chico Damasceno, então, que estava com a espingarda na mão, atirou no peito do 'Orelhinha', que caiu morto na mesma hora. O outro índio saiu correndo e todos nós atiramos na sua direção, mas não acertamos porque ele estava longe demais e conseguiu se embrenhar na mata".

Libanio conta ainda que ele e seus companheiros abriram um buraco na areia e enterraram o corpo de "Orelhinha", antes de abandonarem o local.

Damasceno e Rivaldo foram para um barco a motor — parado a uns duzentos metros do local — onde estavam embarcadas as famílias dos dois caçadores. Libanio tomou outro rumo, remando em sua "montaria".

Mais mortes

O depoimento parecia estar encerrado, mas Gilberto Pinto fez mais uma pergunta:

"Quer dizer que só vocês três estão metidos na morte do índio?"

Na resposta de Libanio veio a surpresa:

"Nessa morte, sim. Mas tem mais gente metida na matança de outros oito índios, acontecida umas semanas antes".

Libanio não fez regateios para contar com pormenores a história ouvida de Damasceno, a res-

peito do massacre dos oito índios. Acusou ainda o "Regatão" (comerciante), Antonio Paulino da Rocha como mandante da primeira matança: "Foi ele quem deu a munição e mandou os três fazerem o serviço".

Libanio confessou também que, dois meses mais tarde, ele voltou ao local do crime para — a mando de seus comparsas — desenterrar os ossos do índio enterrado na praia e atirá-los no fundo do rio. Nesta época os boatos do massacre já eram conhecidos por muitos moradores da região e os criminosos, temendo que o caso fosse descoberto, resolveram destruir a principal prova do crime.

O jovem criminoso não teve a menor reação quando Gilberto Pinto o convidou para ir a Manaus contar sua história às autoridades. Embarcou na canoa do sertanista e fez a viagem, ajudando nos trabalhos de bordo.

Em Manaus, o relatório do sertanista e o seu confesso foram entregues à Polícia Federal, que designou o inspetor Pedro Henriques Casais para realizar novas diligências. O policial foi, no mês passado, à região do Jauaperi, em companhia de Gilberto. Confirmou as descobertas do sertanista, ouviu novos depoimentos e confissões e trouxe presos a Manaus José Rocha Lopes, José Libanio, Antonio Paulino da Rocha e Francisco Basques de Alcantara.

Os três permaneceram alguns dias detidos na Polícia Federal e depois foram libertados, quando o inquerito foi enviado à Justiça Federal, que se pronunciou incompetente para julgá-lo.

Agora, os criminosos estão de volta à selva e há poucas esperanças de que esses crimes frios e bárbaros contra índios venham a ser punidos.

FUNAI lamenta o crime impune

A Fundação Nacional do Índio — ao mesmo tempo em que reprova a sultura dos matadores dos atroaris — reclama, que agora vai ser muito difícil encontrar José Rocha Lopes, Francisco Basques de Alcantara e Francisco Damasceno — além do comerciante Antonio Paulino da Rocha, mandantes do crime — pois os 4 elementos se embrenharam nas selvas. Livres da Polícia Federal, poderão, assim, furtarem-se à ação da Justiça comum.

"Quem está em julgamento, nesse caso, não são os chacinadores dos índios, mas, todo o Estado do Amazonas — disse o presidente da FUNAI, José de Queiroz Campos, que chegou ontem a Manaus para participar das comemorações da Semana do Índio e intervir-se do andamento do processo movido contra os caçadores. Para o presidente da

FUNAI, não está em jogo "somente o sorte dos culpados, mas sim toda a segurança do Estado, que não poderá ser mantida, caso a justiça não possa punir com severidade os autores desses atos criminosos".

Diz Queiroz Campos que em outros Estados, como Goiás e Mato Grosso, onde crimes contra índios foram punidos com rigor, os trabalhos de pacificação e integração do indígena na civilização foram facilitados "porque os brancos passaram a respeitar o silvícola". Os choques entre selvagens e civilizados diminuíram consideravelmente.

O presidente da FUNAI chamou a atenção da imprensa para que oriente seus noticiários, procurando mostrar ao povo os problemas dos indígenas, a fim de que a população respeite o índio como pessoa humana.

Os boatos

Falando das notícias divulgadas recentemente no exterior, acusando o governo brasileiro de genocídio, disse que esse noticiário "faz parte de uma campanha de difamação promovida por esquerdistas". Reconheceu, entretanto, que, apesar da falsidade dessas informações, há um aspecto positivo: "Mobilizaram a opinião pública mundial e ampliaram consideravelmente o espírito de solidariedade humana para com os silvícolas".

As provas

Voltando a comentar a chacina dos atroaris, disse Queiroz Campos que a dificuldade não reside só na captura dos responsáveis pelo crime, pois, num julgamento, será difícil encontrar provas contra os matadores dos índios — entre elas, a de corpo de delito, que é a principal. Mesmo assim, os assassinos poderão ser condenados, se o júri popular, conhecendo as dificuldades de se apresentarem provas concretas do crime, reconhecer as confissões dos próprios acusados, já feitas a um agente da Polícia Federal e a um sertanista".

O processo, que até ontem encontrava-se em mãos da Justiça Federal, já foi enviado ao juiz corregedor, que até o fim da semana deverá designar o tribunal competente para julgar o caso. Em princípio, deveria ser o Fórum de Barcelos, em cuja comarca se deram os crimes. Mas como não existem atualmente nem juiz nem promotor em exercício naquela localidade, o processo deverá ser julgado em Manaus.

Documentário muda opiniões na Europa

Da Sucursal de BRASÍLIA

O embaixador da Dinamarca no País enviou ao ministro Costa Cavalcanti recortes de jornais de Copenhague, nos quais se desmentem as notícias de massacre de índios no Brasil. Os recortes reproduzem afirmações feitas durante mesa-redonda que foi realizada após a exibição de documentário sobre as condições em que vivem os silvícolas. O documentário foi preparado pelo jornalista Peter Alhoff Nilson para a TV Horizont, que o retransmitiu para toda a Europa, pelo circuito da Eurovisão.

O jornal "Aktuel", com mais de 130 mil exemplares diários, assinou que "a julgar pelo que se viu e ouviu, fortemente não procedem os rumores de que os brasileiros exterminem índios por meio de bombas e outros métodos violentos; e o tratamento que a eles tem sido dispensado, assim como o que temos proporcionado à população esquimó da Gronelândia". O jornalista observou que certamente "a dor

na cabeça do Brasil, na questão dos índios, será evitar que sofram choque cultural, adaptando-se lentamente à civilização a que se integram".

Desafio

Na abertura do programa — item os recortes — o repórter inglês lançou desafio a um grupo de etnólogos — entre os quais ficou Lars Pearson — para confirmarem afirmações de que autoridades brasileiras teriam adquirido aviões de bombardeio marca "Buffalo", no Canadá, para o extermínio sistemático dos silvícolas.

O mesmo programa apresenta depoimentos do ministro Costa Cavalcanti e de um antropólogo inglês. O titular do Interior situou a posição exata do governo diante do problema, "que é as-

stencial e procura a integração, adaptativa dos nativos". O antropólogo inglês entrevistado, que repórter lançou casualmente Brasil. Declinou não acreditar participação de órgãos do governo brasileiro no extermínio dos silvícolas, mas ressaltou que o poder não é o mesmo com relação a índios e a espantosa situação de certos povos indígenas. A reserva indígena.